

## ARTIGO

## Um marxista na batalha das ideias: Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira

Victor Neves de Souza\*

**RESUMO:** O presente escrito traz a público os primeiros resultados e certas hipóteses de trabalho de uma pesquisa em andamento<sup>1</sup>. Através dela, intitulada *Um marxista na batalha das ideias: o pensamento de Carlos Nelson Coutinho e os caminhos da revolução brasileira*, venho esquadrinhando dois campos intimamente interligados, esperando obter resultados em duas frentes: de um lado, na frente ainda pouco explorada do estudo aprofundado do *conjunto da obra de Carlos Nelson*, lançando luz sobre a contribuição teórica de um dos principais pensadores brasileiros do último quarto do século XX, cuja influência permanece viva e forte neste século; de outro lado, naquela constituída pelo esforço interpretativo do *evolver da realidade brasileira* pós-redemocratização, ciclo no qual sua figura, como destacado intelectual orgânico vinculado à classe trabalhadora, teve papel proeminente.

O objetivo central desta perquirição é, a partir da fundamentação e do teste da hipótese medular e das hipóteses auxiliares a serem apresentadas adiante, proceder a um *estudo crítico do pensamento de Carlos Nelson Coutinho*, com ênfase em seu pensamento político maduro. A investigação deve facultar lançar luz sobre sua trajetória individual e importância histórica enquanto intelectual revolucionário, coadjuvando, também, para a compreensão dos caminhos percorridos pela esquerda brasileira nas últimas três décadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Carlos Nelson Coutinho; revolução brasileira; papel do intelectual.

Não é impossível que um autor seja um grande homem; mas não será fazendo livros,  
nem em versos nem em prosa, que ele se tornará tal.  
Jean-Jacques Rousseau [Meu retrato]

À memória de Carlos Nelson Coutinho, militante-intelectual comunista

## Introdução: problemas de fundo postos ao pensamento maduro de Carlos Nelson

### a) O problema da revolução brasileira

O debate sobre a revolução é dos mais ricos no campo da esquerda, tendo-se constituído em controvérsia perene. O trabalho teórico e a atuação prática de Marx e Engels representam marco definitivo na superação de tendências golpistas, isolacionistas ou “iluministas” marcantes na atuação anterior de setores revolucionários, tendo alçado a polémica central a outro patamar. A oscilação polar, desde então, costuma se dar entre *reforma social* e *revolução* como dois corolários possíveis – e não necessariamente incompatíveis – do pôr-se em luta da classe trabalhadora, do movimento operário.

O tema remonta, em sua vertente comunista<sup>2</sup>, ao processo de constituição da classe trabalhadora enquanto *classe para si*, ou seja: enquanto sujeito histórico portador da emancipação humana como possibilidade, com projeto societário próprio e autônomo. Este processo encontra, no plano histórico-universal, três balizas fundamentais: a revolução europeia de 1848 (a “Primavera dos Povos”), quando a classe trabalhadora se antagoniza à burguesia e rompe-se definitivamente o “terceiro estado” feudal; a Comuna de Paris de 1871, quando pela primeira vez a classe trabalhadora toma o poder em suas mãos e inicia a implementação de um conjunto de medidas tendentes à emancipação humana; a Revolução de Outubro de 1917, a partir da qual a classe trabalhadora consegue efetivar, pela primeira vez na história, um Estado de transição socialista.

Neste ponto, é necessário lembrar que o processo de constituição da classe enquanto classe para si não é nem linear nem muito menos se desenrola unidirecionalmente: encontra culminações e depressões a depender do próprio evoluir das condições econômicas, políticas e sociais em cada formação nacional, bem como da capacidade de resistência e atuação da classe trabalhadora por meio de suas formas organizativas. Os marcos estabelecidos aqui assinalam,

portanto, níveis de culminação ou “pontos máximos de consciência”, o que não significa que a classe neles permaneça ou a eles retorne necessariamente<sup>3</sup>.

No Brasil, formação econômico-social de capitalismo retardatário, este processo está muito estreitamente relacionado ao próprio surgimento da classe trabalhadora no contexto de transição de formação colonial à formação propriamente capitalista<sup>4</sup>. Ele tem como balizas fundantes a eclosão do movimento operário organizado nas primeiras décadas do século XX – organizado num primeiro momento sob forte influência do anarcossindicalismo – e sua culminação na fundação do Partido Comunista-Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC, posteriormente PCB) em 1922.

Desde esta data, portanto, está posto o debate sobre a *revolução brasileira*, que se expressou – usualmente como sinônimo de “revolução democrático-burguesa no Brasil” – em vertentes diferenciadas. Introduzido pelo PCB “como projeto político a ser perseguido e referenciado nas formulações de Lenin e da Internacional Comunista de uma revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antilatifundiária” (Segatto, 2011), a questão ganhou vulto e abrangeu amplo e diversificado corpo de intelectuais nas décadas seguintes, tendo constituído eixo de grande relevo no debate intelectual brasileiro – desbordando largamente o âmbito restrito aos comunistas – pelo menos até meados dos anos 1960<sup>5</sup>.

Também aqui estão presentes no plano programático (ou seja, naquele momento da formulação teórico-prática mais imediatamente voltado à intervenção sobre a realidade), especialmente entre os comunistas, os polos “reformas” e “revolução”. Por outro lado, é incontornável, no plano da análise que subsidiará a intervenção política, a prospecção da especificidade da formação social brasileira, que frequentemente arrola os temas da situação “dependente” ou “periférica” do “sistema capitalista brasileiro” (Ianni, [1971] 2009) frente ao sistema capitalista mundial e da peculiaridade de nosso processo de transição ao

capitalismo – ou de nossa revolução burguesa –, que, de peculiaridade *histórica*, se cristaliza em um conjunto de características *estruturais* da formação social em questão, plasmando suas idiossincrasias em relação aos casos clássicos de desenvolvimento capitalista tanto histórica quanto estruturalmente.

Podemos, assim, afirmar que o conjunto de esforços teórico-práticos comprometidos com a apreensão do movimento e/ou com a realização da “revolução brasileira”, que envolve a análise concreta do objeto “formação econômico-social do Brasil” (em seu processo, e, portanto, em seu passado, em seu presente e em suas perspectivas de devir), engendrou a necessidade de localizar os elementos que constituiriam o que podemos chamar de *peculiaridade histórico-estrutural brasileira*, motivando um esforço, da parte de nossos teóricos da revolução, destinado a encontrar os elementos componentes de nossa “trajetória particular de desenvolvimento”. Isto, no caso dos comunistas, torna-se a busca pela apreensão do que há de característico em nosso *caminho (não clássico) para o capitalismo* como forma de mapear os passos necessários à construção de um possível *caminho (não clássico) para o socialismo*.

Isto posto, notamos que em diferentes momentos históricos – a serem tratados por mim como *ciclos históricos*, categoria a ser aclarada a seguir – é possível encontrar certas *composições* ou *configurações estratégicas* que pautam *todas* as demais posições sobre o assunto “revolução brasileira” em uma época dada e em certa formação social. Quer sejam favoráveis, quer sejam contrárias a estas configurações-chave, todas as demais posições são forçadas a se posicionar em relação a estas.

Tais configurações estratégicas se mostram como únicas e inescapáveis em cada ciclo, e partimos da hipótese de que isso está relacionado ao fato de que elas, em torno do objetivo da revolução (e no caso brasileiro, da revolução brasileira), são erigidas sobre *reflexos* mais ou menos fidedignos da realidade objetiva – *visões sociais de mundo*, *concepções de mundo* ou *interpretações unitárias e coerentes* da realidade

– a partir das quais conquistam posição dirigente face à classe trabalhadora, forçando assim, histórico-concretamente, a remissão. Faz-se necessário, neste ponto, explicitar melhor algumas das categorias com as quais tenho trabalhado até aqui.

Quanto às *visões sociais de mundo*: para Lucien Goldmann, *visões de mundo* são “a expressão psíquica da relação entre certos grupos humanos e seu meio social e natural”, sendo seu número necessariamente limitado em dado período histórico devido à sua pertinência necessária a um grupo. Indo de encontro à posição epistemológica deste autor<sup>6</sup>, mas me apropriando do que considero ser uma intuição fecunda sobre o assunto, remeto a categoria, a partir do Lukács da *Estética* ([1963] 1966, especialmente o capítulo 1), ao *reflexo* no pensamento das determinações ontologicamente postas tais como se apresentam na realidade externa ao sujeito que busca apreendê-la – ou seja, ao processo de passagem da existência das categorias de ontologicamente postas a reflexivamente reconstituídas. Quando o termo aparecer neste texto, é a esta tentativa de síntese que fará remissão.

Nas sociedades divididas em *classes* sociais, é a estes grupos que se vinculam mais diretamente as visões de mundo, representando o máximo de consciência possível *de cada classe* (Goldmann, 1979). Nas sociedades capitalistas só há duas classes sociais “puras” ou fundamentais, no sentido de que “sua existência e evolução baseiam-se exclusivamente no desenvolvimento do processo moderno de produção” (Lukács, [1923 [2006], p. 156): *burguesia* e *proletariado*. É, portanto, necessariamente a elas que se vinculam as visões sociais de mundo em disputa pela direção desta sociedade tomada enquanto totalidade<sup>7</sup>. Michael Löwy trata do mesmo objeto (e é a ele que devemos a precisão categorial no sentido de defini-las como visões *sociais* de mundo), enriquecendo-o com mais determinações<sup>8</sup>.

Combinando esta sua contribuição àquela de Antonio Gramsci<sup>9</sup>, podemos afirmar que as *visões sociais de mundo* (o marxista italiano diria: *concepções de mundo*) constituem-se

a partir de *interpretações unitárias e internamente coerentes da realidade objetiva* capazes de apreender determinações postas por ela, e a partir daí servir de base a programas eficazes de intervenção – o que significa que se podem, por um lado, apreender determinações fundamentais do real, podem também distorcer, ocultar e mistificar alguns de seus aspectos fundamentais, desde que isto não inviabilize sua eficácia (o que conduz ao problema da *ideologia*, cuja abordagem constituirá momento, ainda que acessório, da pesquisa, já que está indubitavelmente posto pela própria natureza do objeto da investigação).

Quanto aos *ciclos históricos*: a categoria de análise *ciclo histórico* representa uma precisão em relação à mera periodização, pois envolve a assimilação da possibilidade concreta de *recuperação* – em patamar superior – de certos níveis de consciência anteriormente atingidos. Por exemplo: no Brasil, podemos encarar o surgimento do Partido dos Trabalhadores na virada dos anos 1970 aos anos 1980 como uma *recuperação*<sup>10</sup> em nível superior (na medida em que está atrelada ao *desenvolvimento* do próprio *processo histórico* de consolidação do capitalismo brasileiro) de certo grau de consciência da classe atingido em 1922, quando da fundação do PCB – independentemente de que posição no espectro político cada um destes partidos ocupe hoje.

Quanto às *configurações estratégicas*: a partir da contribuição, no campo militar, do general prussiano Carl von Clausewitz ([1832-37] 2008), é possível defini-las como a articulação no plano da teoria das diversas formas e momentos da luta ou do confronto entre as forças em presença aos objetivos finais perseguidos por cada uma delas. A estratégia revolucionária dos comunistas é, portanto, a articulação entre suas diversas frentes e modalidades de luta ao objetivo final da construção de uma sociedade sem classes, da sociedade humanamente emancipada. Neste sentido, devemos procurar esclarecer a diferença entre estratégia, programa e tática, sendo esta última a resultante das decisões referentes a cada momento do processo de

luta, ou seja, a cada um dos confrontos tomados em sua singularidade<sup>11</sup>. Ainda: para conformar uma *estratégia revolucionária* no sentido da articulação referida a partir do ponto de vista da classe trabalhadora, é necessário partir da base material real em que se atua, *refletida* no plano do pensamento em uma *teoria social* que organiza a visão social de mundo unitária e coerente desta classe.

No Brasil é possível marcar dois daqueles ciclos históricos, a cada um correspondendo uma destas articulações estratégicas. Chame-mo-los pelos nomes do principal partido autônomo<sup>12</sup> da classe trabalhadora ao qual as configurações estratégicas em questão estiveram vinculadas: o “ciclo do PCB” – ao qual corresponde a *estratégia nacional-democrática* para a revolução brasileira; o “ciclo do PT” – ao qual corresponde a *estratégia democrático-popular*, tentativa de superação daquela mas que resultou, ao fim e ao cabo, muito mais num retorno a ela em outros termos ou numa continuação em outro patamar, numa espécie de *superação interrompida*<sup>13</sup>.

*b) Democracia como caminho ou como meta? Do nacional-democrático ao democrático-popular*

*b.1) PCB e estratégia nacional-democrática*

A fundação do PCB<sup>14</sup>, entre 25 e 27 de março de 1922, expressava, para além de um primeiro ponto culminante na conformação da consciência da classe trabalhadora brasileira enquanto classe para si, alterações profundas que ora ocorriam na formação econômico-social brasileira. Não por acaso, o partido foi fundado no mesmo ano da primeira revolta dos tenentes no Rio de Janeiro e da realização da marcante Semana de Arte Moderna em São Paulo, e no contexto da aprovação das primeiras leis trabalhistas no país<sup>15</sup>.

A industrialização, vinculada à expansão e consolidação da economia cafeeira primário-exportadora e encontrando impulso notável entre o início do século XX e a década de 1920, modernizava o país (notadamente o eixo Rio-São Paulo) e deslocava o polo dinâmico da

economia brasileira do campo para as cidades (Silva, [1976] 1986). Eclodiram, neste período, numerosas greves nos principais centros urbanos do país, que se por um lado marcam o crescimento numérico e o avanço na consciência da classe trabalhadora enquanto classe em si, por outro lado deixam claro o esgotamento das formas organizativas até então implementadas pelo proletariado sob direção do anarcossindicalismo (Mattos, 2009, cap. 2). Torna-se necessária uma nova forma de organização para a classe, capaz de expressar sua tomada de consciência e fazê-la avançar.

Sob o impacto da Revolução Russa, aproximam-se os grupos mais resolutos do proletariado, e de 1918 a 1922 há tentativas de organizar o primeiro partido comunista brasileiro. Deste modo, podemos dizer que o surgimento do PCB se dá, por um lado, como produto do crescente movimento operário no Brasil e das transformações nesta formação econômico-social (que figuram no quadro mais geral da realização da revolução burguesa brasileira), e, por outro, como reflexo da própria elevação no plano histórico-universal do nível de consciência da classe trabalhadora – com o fechamento, neste plano, do ciclo constituinte da consciência da classe trabalhadora enquanto classe para si com a Revolução de Outubro de 1917.

Assim sendo, o isolamento da Revolução Russa a partir da década de 1920, com o bloqueio do ascenso revolucionário na Alemanha e na Itália e a derrota do movimento comunista na China, também terá impactos sobre a constituição e a formulação estratégica do PCB através da Internacional Comunista. É nos marcos da preocupação com a “defesa do único Estado proletário então existente” e da consequente subordinação dos rumos dos movimentos operários nacionais às razões de Estado soviéticas (Mazzeo, 1999) que se articula o movimento comunista internacional<sup>16</sup>, e isto tem consequências importantes para as teorias da revolução e das tarefas revolucionárias nos países periféricos, bem como para as interpretações sobre as respectivas realidades nacionais.

É fundado sobre estas vigas que se consolida no PCB aquilo a que nos referimos como uma *estratégia nacional-democrática* para a revolução brasileira, marcada pela teoria da revolução por *etapas*<sup>17</sup> – cujas bases podem ser rastreadas até o II Congresso do partido, ainda em 1925 (Koval, [1968] 1982, p. 184-196; Prestes, 1980 e 2012, p. 249-250). A esta estratégia está inextricavelmente ligada determinada interpretação do Brasil e de sua posição no sistema capitalista planetário enquanto país atrasado, “semifeudal” ou “semicolonial”, no qual subsistiriam relações sociais de tipo feudal na economia e na superestrutura política, condicionando a luta do proletariado a dirigir-se para a erradicação dos restos feudais, contra as relações pré-capitalistas de produção e no sentido de viabilizar o desenvolvimento capitalista do país – em uma palavra, de viabilizar a realização de *tarefas em atraso* de transição ao capitalismo. O desdobramento programático desta interpretação do Brasil supunha, para sua efetivação, a aliança com setores interessados na modernização e na generalização das relações sociais capitalistas no país, dentre os quais merece destaque suposta burguesia (industrial) nacional que teria interesses nacionalistas, anti-imperialistas e antilatifundiários<sup>18</sup>.

Esta estratégia e a interpretação do Brasil a ela relacionada são alvo, notadamente a partir da instauração do processo de “contrarrevolução preventiva” (Ianni, 1981) inaugurado pelo golpe empresarial-militar de 1964 e da dura derrota que ele representou para a esquerda brasileira – que, em parte devido a ilusões quanto a setores burgueses e militares “progressistas” e quanto a seu compromisso com a manutenção das “regras do jogo” da institucionalidade burguesa vigentes no período democrático, se encontrava inerte e incapaz de reagir quando veio o golpe (Morales, [1989] 2011; Prado Jr., [1966]; Prestes, 2012, p. 100-118) –, de muitas críticas por parte de organizações revolucionárias e de intelectuais comunistas, ligados ou não ao PCB, que passa então por marcante processo de cisões, expulsões e defecções (Prestes, 2012, p. 130-139; Ridenti, 2010; Sales, 2007).

Dentre estes intelectuais destacam-se, por sua capacidade de formular outra interpretação da formação social brasileira enquanto totalidade e, com isso, lançar as bases daquilo que viria a se constituir histórico-concretamente enquanto alternativa à configuração estratégica nacional-democrática, as figuras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, e, já na virada dos anos 1970 para 1980, Carlos Nelson Coutinho. A inclusão deste intelectual no seleto rol de autores cuja contribuição é decisiva para a fundação da *configuração estratégica democrático-popular*, alternativa à nacional-democrática e ao mesmo tempo continuidade ou retorno a ela, é uma hipótese norteadora desta pesquisa – à qual conferi o estatuto de hipótese fundamental devido ao fato de que explica, em parte, a grande ponderação social que adquiriram o pensamento e a obra de Carlos Nelson ao longo dos anos 1980 e posteriormente.

#### b.2) PT e estratégia democrático-popular

No dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, era fundado o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>19</sup>. Sua criação deve ser situada no contexto da “nova e ampla repolitização do povo” brasileiro (Ianni, 1981, p. 219), compondo parte do fenômeno de emergência das lutas sociais que encontrou “na retomada da luta sindical e operária um ponto de fusão de classe” (Iasi, 2006, p. 375). Tal processo tem, do ponto de vista político, sua gênese no processo de distensão iniciado no governo Geisel (1974-1979), que implicou no “revigoramento da arena eleitoral-partidária, na liberalização gradual da imprensa e na contenção dos órgãos de repressão”<sup>20</sup> (Meneguello, 1989, p. 23).

Esta distensão, por sua vez, assinala o ocaso do regime marcado pelo exercício *aberto* do padrão de dominação autocrático burguês, derrocada que parece ter marcado o fim de um ciclo mais largo e profundo: o encerramento da revolução burguesa no Brasil. De acordo com Ianni (1981), o golpe e a ditadura provavelmente marcaram “o que pode ser uma manifestação derradeira do tipo de predomínio que a burguesia nacional e imperialista tem conseguido

manter sobre o povo, (...) e, principalmente, operários e camponeses” (p. 203). Nesse sentido, a ditadura marcaria o ápice e, com ele, o ponto de virada, a conclusão, da “história da contrarrevolução burguesa no Brasil, no sentido da revolução de cima para baixo, revolução conservadora, ‘modernizante’ e reacionária, sem compromissos com o povo, os trabalhadores (...), um paradoxo – revolução sem revolução (...)” (p. 204).

Sendo assim, a ditadura empresarial-militar inaugurada pelo golpe de 1964 marca o fim da revolução burguesa no Brasil com a completude da transição brasileira ao capitalismo monopolista (em seu estágio “tardio”, como explorado por Mandel, 1982) e seu *aggiornamento*, marcados pela recuperação e pela consolidação em nível superior de características que já se afirmavam havia algumas décadas no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro: florescimento/consolidação dos monopólios (estrangeiros e nacionais), cujo papel se torna decisivo na vida econômica, social, política e cultural brasileira; intervenção sistemática do Estado sobre a economia – organizada a partir de planejamento econômico estatal – e sobre as refrações da “questão social”; consolidação e generalização de relações sociais de capital, com sua expansão a todos os setores da vida social; universalização da relação mercantil e da dependência do mercado para garantia da produção e reprodução da vida, inclusive no campo<sup>21</sup>.

Nesse sentido poderíamos esperar, seguindo a linha de raciocínio informativa da teoria da revolução brasileira “em etapas”, que, com a “transição ao capitalismo” completada no plano interno e resolvidas as tarefas democráticas em atraso (mesmo que deixadas sem resolver, o que não deixa de ser uma resolução), estariam maduras as condições objetivas para a revolução socialista no Brasil, e que, portanto, a estratégia da esquerda brasileira tenderia a migrar da antiga estratégia democrático-nacional – superada, quando não a partir de seus próprios limites teórico-políticos, pelo movimento da

história – para uma estratégia que pusesse na ordem do dia a luta pelo socialismo<sup>22</sup>.

Entretanto, não foi o que ocorreu: à ditadura sucedeu-se uma manhã cinzenta, clara-escuro, onde seres se transformam em seus contrários e inaugura-se um novo padrão de dominação burguesa no Brasil, com o apoio ativo de setores da classe trabalhadora e, no mínimo, o consentimento passivo de outros. Isto que tem sido chamado por alguns analistas de “lulismo” (Singer, 2009) e tem sido considerado por outros como um caso, até então inédito na história brasileira, de “transformismo” em contexto de contrarreformas, determinado pelo *abandono* do “programa socialista que [o PT] defendera por tantos anos”<sup>23</sup> (Coutinho, 2006, p. 151) parece mais, para o autor desta pesquisa, a *realização* historicamente necessária de *possibilidades já contidas* em determinada configuração estratégica que foi se delineando ao longo da história do PT, e que, partindo de definição dada pelo próprio partido, chamo aqui de estratégia democrático-popular.

Assim como a configuração estratégica democrático-nacional não podia ser deduzida de nenhuma “fotografia” de *uma* resolução política ou de *um* momento da atuação do PCB, e sim da síntese entre o *conjunto de objetivações teóricas e práticas* postas por este partido ao longo de boa parte de sua história, também a configuração estratégica democrático-popular não pode ser apanhada a partir de um instante, de uma fotografia de um momento seu, como se a partir de uma resolução de um Encontro ou Congresso partidário fosse possível definir toda uma estratégia acabada antes mesmo das tentativas de implementação, correções, aprofundamento dos debates, testes a partir da intervenção sobre o real, respostas e adequações a partir daí etc.

Aqui também “a anatomia do homem é uma chave para a anatomia do macaco” (Marx, [1857-58] 2011, p. 58), o que não implica em nenhum tipo de “teleologismo”: significa apenas sustentar que é necessário identificar e circunscrever os pontos mais altos de desenvolvimento destas estratégias e analisar, a partir

daí, as diferentes possibilidades contidas em suas expressões, tais como se puseram historicamente, e as relações objetivamente derivadas destas virtualidades com os rumos que tais configurações efetivamente tomaram.

Explicitando, a posição que advoga que a vitória de Lula e os governos do PT a partir de 2003 representam a realização historicamente necessária de possibilidades contidas na estratégia democrático-popular, ela mesma parte da compreensão de que é a expressão mais aparente da combinação entre as duas determinações fundamentais – essenciais – seguintes: a) a sociedade brasileira estaria *imatura* para a transição socialista, seja por “fatores objetivos” (“transição incompleta ao capitalismo”, “incompletude da nação”, “capacidade de as classes dominantes manterem seu domínio através de mecanismos autocráticos herdados de nossa peculiaridade histórico-estrutural”), seja por “fatores subjetivos” (“inorganicidade ou imaturidade da classe revolucionária” etc.), seja por combinações de ambos<sup>24</sup>; b) isto levaria à imposição da adesão a uma estratégia baseada no *acúmulo de forças* nos marcos da sociedade capitalista sem o compromisso imediato com sua superação a não ser através de um longo, linear, progressivo movimento, o que conduziria a uma relação tensa entre continuidade da ordem e ruptura e à tendência a sua constrição pelos marcos da ordem burguesa. Chamo a atenção para o seguinte problema: *estes são os mesmos fundamentos da estratégia nacional-democrática e da interposição de “etapas” à luta pelo socialismo*, a que o PT se opôs publicamente desde cedo e cujos limites a estratégia democrático-popular teria pretendido superar.

Será parte necessária desta pesquisa, ainda a realizar, proceder à *explicitação crítica dos fundamentos* do caminho democrático-popular para a revolução brasileira e da interpretação do Brasil subjacente a ele, já que sem tal apreciação fica vedado perscrutar os alicerces *objetivos* que o pensamento político de Carlos Nelson Coutinho *refletia*, aos quais buscava dar resposta e contra os quais se enfrentava e se formava<sup>25</sup>. Isto posto, é necessário apresentar os

pontos de referência a partir dos quais percorrer o caminho do exame da configuração estratégica democrático-popular a começar de certos marcos importantes em seu desenvolvimento – dos quais o mais evidente hoje é a chegada de Luís Inácio da Silva à presidência da República e os 10 anos do PT no governo federal.

Isto será feito partindo do acúmulo já alcançado em relação ao assunto por Iasi (2006 e 2012) rumo à confecção de um “inventário das estratégias da esquerda brasileira”, buscando apontar para a superação de impasses recorrentes ao longo do século passado<sup>26</sup>. Os pontos centrais para a referida avaliação seriam: a) a estratégia democrático-popular petista, que surge com base na negação aparentemente implacável de elementos centrais da estratégia nacional-democrática do PCB (como a necessidade de uma etapa democrático-burguesa na revolução brasileira e de aliança com a “malfadada burguesia nacional”, como a chamou Caio Prado Jr.), que guarda com aquela outra importantes *elementos de continuidade*, principalmente com base na manutenção de seus principais fundamentos, a imaturidade da formação social brasileira para a revolução socialista e a dedução, a partir daí, da necessidade de acumulação de forças dentro da ordem para que se amadureçam as condições objetivas e subjetivas para a mesma; b) a lógica interna da configuração estratégica democrático-popular (e isto também é válido para a nacional-democrática), sua tensão permanente entre acúmulo de forças e ruptura, *tende a* constrangê-la nos marcos da ordem burguesa (isto não é um *a priori*, mas uma tendência com forte ponderação e que se demonstrou historicamente prevaletente); c) a estratégia do ciclo do PT está, portanto, plenamente desenvolvida no Brasil com a chegada de Lula à presidência – não é que não pudesse ter sido diferente, é que foi tal como foi, e isto precisamente *porque se fez* algo, e não porque se deixou de fazer; d) a estratégia democrático-popular, portanto, não foi abandonada, nem traída, nem rebaixada – ela *foi realizada* a partir de possibilidades contidas nela própria e desenvolvidas em certa direção começando das exigências do processo

histórico-concreto com o qual se defrontou; e) esta sua realização – e não seu “abandono” ou sua “incompletude” – passou pelo transformismo do PT e de boa parte das antigas direções dos movimentos sociais da classe trabalhadora; f) sua realização passou pela constituição do que Florestan Fernandes ([1975] 2006) chamou de uma “democracia de cooptação” no Brasil; g) neste contexto, uma *pequena burguesia política* (ou “representação política da pequena burguesia”, tal como definida em Marx, [1852] s.d., p. 226-227) passou a ser o operador político desta estratégia no Brasil, com seu velho caráter de “exigir instituições democrático-republicanas como meio, não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia”, materializado no conteúdo da “transformação da sociedade por um processo democrático”, porém uma transformação no âmbito de seus próprios limites, dos limites que ela “não ultrapassa na vida”; h) por tudo isso, podemos dizer que vivemos hoje o movimento de encerramento (ou conclusão) de um ciclo histórico, o ciclo do PT.

### Primeira aproximação ao objeto: apontamentos sobre o “marxista convicto e confesso”

a) *Primeira fase: crítico da cultura “fanaticamente lukacsiano”*

O dia 20 de setembro de 2012 amanheceu cinzento no Rio de Janeiro. Falecera naquela madrugada, após mais de meio século de comprometimento com o marxismo e a luta pelo socialismo, Carlos Nelson Coutinho – velado sob a bandeira vermelha com a foice e o martelo cruzados, que havia feito questão de ter consigo na despedida.

Carlos Nelson nasceu em Itabuna, no sul da Bahia, no dia 28 de junho de 1943 – o “glorioso ano da batalha de Stalingrado”<sup>27</sup>. Seu pai era advogado e foi deputado estadual, pela UDN, por três legislaturas. Antes de o menino chegar à idade escolar, a família se mudou para



Salvador, onde Carlos Nelson realizou seus estudos até a obtenção do grau de Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia em 1965. Formalmente, foi este o único título obtido por ele junto à universidade até a livre-docência em 1986, quando de sua aprovação em concurso público para professor titular da Escola de Serviço Social da UFRJ – posição a que pôde se candidatar graças à justificada atribuição de “notório saber” junto à instituição. Não completou, portanto, nenhum curso de pós-graduação, tendo tido formação essencialmente autodidata.

Na segunda metade dos anos 1950, com cerca de 15 anos (“uns 13 ou 14”, recordaria anos mais tarde), leu seu primeiro livro marxista, o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. A leitura, indicada a ele por sua irmã Sônia Coutinho, mais velha, em exemplar obtido na biblioteca do pai (que “publicamente [...] não era de esquerda, mas dentro de casa [...] tinha uma posição mais aberta”), foi logo seguida pela da brochura de Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (obtido também na “subversiva” biblioteca paterna), e pela decisão de “fazer política pela esquerda”, junto aos comunistas.

Sua opção por ser intelectual, portanto, esteve desde o início articulada a sua decisão de fazer política e a sua posição enquanto comunista. Anos depois, ao comentar este início de formação e estas primeiras decisões políticas e profissionais – que o marcariam para o resto da vida –, declararia que “nunca conseguiu distinguir entre ser comunista e ser intelectual”.

Em torno de 1959-1960 (no terceiro ano do que atualmente se chama “ensino médio”, à época “colegial”), ouviu falar em Gramsci pela primeira vez através de seu professor de História, Paulo Farias, marxista e militante do PCB. Adquiriu seu primeiro exemplar do marxista sardo – uma edição argentina de *El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce* – no Rio de Janeiro no ano de 1961, junto com seu primeiro exemplar de Lukács – edição francesa, *Histoire et conscience de classe*<sup>28</sup>. Carlos Nelson teve, portanto, acesso a alguns dos

escritos carcerários de Gramsci cerca de cinco anos antes que a editora Civilização Brasileira, em iniciativa capitaneada pelo próprio Ênio Silveira, iniciasse as primeiras publicações de Gramsci no Brasil, entre 1966 e 1968<sup>29</sup> – treze anos após o início da publicação da edição temática italiana dos Cadernos por Togliatti.

Foi também em 1961 que ingressou na Faculdade de Direito da UFBA, não porque se interessasse pelo estudo do Direito, mas porque à época esta Faculdade era um local privilegiado para se fazer política<sup>30</sup>. Neste momento, seu interesse teórico principal já se localizava no campo da filosofia, o que o levou a mudar de curso no ano seguinte a seu ingresso na universidade. Foi, ainda, neste mesmo ano que publicou seu primeiro artigo<sup>31</sup>. Por meio deste artigo, travou conhecimento com Leandro Konder (também comunista, então com 25 anos – sete anos mais velho, portanto), iniciando uma amizade e uma parceria política que cultivaria – e só faria aprofundar – pelo resto da vida.

A importância do ano de 1961 e, mais largamente, da primeira metade desta década, não pode ser tomada apenas do ponto de vista biográfico-individual. No plano da base material da produção e reprodução sociais da vida (*grosso modo*, da “economia”), o capitalismo vivia um apogeu que prenunciava a peroração da transição, através de crise que logo se mostraria em todo o vigor atingindo *todas* as dimensões da vida social em *todas* as formações econômico-sociais capitalistas centrais (pensemos em 1967-1968 no terreno ideopolítico-cultural, e em 1973-1974 no campo da economia), do período do *imperialismo clássico* para seu período *tardio* ou *maduro*<sup>32</sup> (Mandel, 1982). Este momento de apogeu/crise se *reflete* nas consciências de modos diversos, tendo se expressado naquilo que Carlos Nelson caracterizou, parafraseando Hobsbawm, como “os longos anos 60”<sup>33</sup> (Coutinho, 2006, p. 67-69).

Como nos lembra o próprio Carlos Nelson, “com o aumento das lutas populares [no Brasil] no período que antecede o golpe de 1964, expande-se significativamente a influência da esquerda, em particular do Partido Comunista

Brasileiro (PCB), na vida política e cultural do país” (Coutinho, [1989] 2007, p. 282). Neste contexto, em que “o vento pré-revolucionário descompartmentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas”, a hegemonia conquistada pelos comunistas no campo da cultura produzia um país “irreconhecivelmente inteligente” (Schwarz, [1969] 2005, p. 21).

Esta hegemonia, diretamente relacionada à grande efervescência política do período, combinava-se ao impacto da revelação, poucos anos antes (em 1956, no XX Congresso do PCUS), dos chamados “crimes de Stalin”, que teve profundas repercussões sobre os Partidos Comunistas de todo o mundo, e, é claro, também sobre o PCB (Segatto, [1981] 1989, p. 87-88; Sales, 2007, p. 17). A partir da interação destas linhas de força principais, “o marxismo brasileiro iniciou um processo, embora ainda tímido, de abertura pluralista”, tendo sido obrigado a se diversificar, “a se abrir para o debate com outras correntes ideológicas”, como “condição necessária para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia, sobretudo entre os intelectuais e os estudantes universitários” (Coutinho, [1989] 2007, p. 282).

Tal abertura vigeu pelo menos até o recrudescimento da ditadura empresarial-militar com a deflagração do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. As mesmas condições objetivas que levaram a burguesia brasileira a se anteciper a qualquer possibilidade revolucionária, por meio do golpe em 1964, estiveram na base de uma importante floração cultural que não esteve restrita ao eixo Rio-São Paulo (mas que foi progressivamente absorvida por ele), atingindo em cheio os principais centros do Nordeste, como Salvador e Recife. A expressão maior deste desabrochar no campo da arte foi o movimento que ficou conhecido como tropicalismo e que, não por acaso, se articulou grandemente em torno da UFBA. O movimento, que tinha por princípio “misturar” caoticamente o moderno e o arcaico brasileiros<sup>34</sup>, foi integrado por

gente do peso de José Carlos Capinam, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Glauber Rocha – que, por sinal, se transferiram todos para o eixo Rio-São Paulo na mesma época em que Carlos Nelson – e alguns dos quais ele conhecia, como Caetano, de quem chegou a ficar amigo durante o curso de filosofia na UFBA.

O jovem Carlos Nelson, que já vinha construindo pontes com intelectuais e camaradas de partido no Rio de Janeiro desde 1960-1961, acabou se vendo instado a transferir-se para a cidade após o golpe de 1964, depois de responder a Inquérito Policial-Militar em Salvador<sup>35</sup>. Transferiu-se definitivamente em 1965, iniciando aí seu trabalho sistemático como tradutor, trabalho no qual sua produção foi bastante significativa tendo atingido a marca de cerca de 70 livros traduzidos ao longo da vida<sup>36</sup>. Quanto a isso, vale assinalar que em diversas destas traduções Carlos Nelson exerceu também outras funções, como a redação de prefácios e apresentações e a seleção de textos, cuja leitura também ajuda o pesquisador, hoje, a esquadriñar sua evolução intelectual – e que demonstram que, além de mero meio de vida, o ofício de tradutor era para Carlos Nelson também uma ponte para se formar, estudar mais profundamente muitas das obras que traduzia.

De 1965 até seu exílio na Europa em 1976 (dos 22 aos 33 anos, portanto), em um momento em que “a ação da censura, embora presente em toda parte, era mais intensa no campo da reflexão especificamente política do que naquele da filosofia ou da sociologia da cultura” (Coutinho, [1989] 2007, p. 285), amadureceu intelectual e politicamente participando ativamente da “batalha das ideias”, se pondo em interlocução com o que havia de mais vivo e pulsante no pensamento sobre a cultura no Brasil. Isto foi evidentemente favorecido – ou, até certo ponto, possibilitado – pelo fato de encontrar-se agora vivendo no Rio de Janeiro, em um dos dois principais centros das transformações econômico-sociais e culturais ocorridas no Brasil ao longo do século XX.

Foi neste íterim, também, que se engajou nas polêmicas então em curso na esquerda

brasileira, mais especificamente em seu partido, o PCB. Durante o período, munido de seus conhecimentos crescentes de um Gramsci ainda assimilado a partir de imitação eminentemente filosófica e cultural, do Lukács de *História e consciência de classe* – mas que será progressivamente suplantado por aquele de *A destruição da razão* e do *Realismo crítico hoje*<sup>37</sup> – e do Sartre da *Crítica da razão dialética*, o intelectual militante se lançou em uma “batalha cultural certamente antidogmática, mas ainda centrada substancialmente nos terrenos da filosofia, da estética e da sociologia da cultura” (Coutinho, [1989] 2007, p. 284). Criou-se neste momento aquilo a que Carlos Nelson se referiu diversas vezes como uma “divisão do trabalho” no interior do PCB, em cujos marcos

(...) os intelectuais comunistas podiam agir mais ou menos livremente no domínio da cultura, propondo uma renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro, mas continuava a ser atribuição da direção do Partido a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas. Disso resultava uma ambígua – e, a longo prazo, insustentável – coexistência entre “marxismo ocidental” na cultura e “marxismo-leninismo” na política (Coutinho, [1989] 2007, p. 284).

Este período (1965-1976), durante o qual Carlos Nelson escreveu seus dois primeiros livros (*Literatura e humanismo*, publicado em 1967, e *O estruturalismo e a miséria da razão*, publicado em 1972), deve ser considerado o *primeiro período* de sua atividade intelectual sistemática. Neste lapso temporal seu pensamento é profundamente vincado pela referida imitação filosófica e cultural, situando-se no campo da crítica cultural, e, em grande medida por isso mesmo, nitidamente marcado pela referência a Lukács – a ponto de este momento de sua trajetória ter sido definido posteriormente pelo próprio Carlos Nelson como seu período “*fanaticamente lukacsiano*” (Coutinho, 2006,

p. 179). A remissão a Lukács está longe de ser gratuita: a apropriação de Lukács por Carlos Nelson *marca*, no campo da filosofia, *sua interpretação do pensamento marxiano enquanto ontologia do ser social*, que ele não renega em nenhum momento e mantém até o fim da vida, buscando conjugá-la à contribuição de Gramsci enquanto *principal teórico marxista da política* tomada como esfera relativamente autônoma da vida social.

Mas a referência apenas a Lukács, se é fundamental para compreender o intelectual neste momento de sua produção, é insuficiente: neste entretanto lê marxistas diversos, muitos dos quais considerados “heterodoxos” pela linha oficial (aquela que Marcuse chamou de “o marxismo soviético”), como Walter Benjamin, Adam Schaff, Herbert Marcuse e Lucien Goldmann, desenvolvendo uma característica marcante de seu pensamento ao longo de toda a vida – qual seja, um *marxismo aberto* ao diferente e ao contraditório, comprometido com a pluralidade de posições e extremamente bem informado sobre as diferentes interpretações relacionadas aos problemas com os quais se enfrentava.

#### *b) Segunda fase: intelectual orgânico e teórico da política*

Já me referi ao primeiro contato de Carlos Nelson com Gramsci, a partir da indicação de seu professor no curso secundário. Pois bem: a *segunda fase* do intelectual comunista, que se caracteriza pela *mudança no foco de interesse* dos campos da filosofia e da crítica da cultura para o campo da *teoria política* e que se estende, *grosso modo*, da segunda metade dos 1970<sup>38</sup> ao fim de sua vida (por mais de 30 anos, portanto, e que por isso mesmo chamo de sua *fase madura*<sup>39</sup>), foi fortemente marcada pela remissão ao marxista italiano. Isto se deve a um conjunto de razões – e não apenas a uma “escolha” –, que buscarei evidenciar, ainda por alto, neste item.

Antes, porém, é necessário reiterar a advertência: esta virada do interesse central da filosofia e da crítica da cultura para a teoria

política, bem como a adesão ao “eurocomunismo”<sup>40</sup> e à “democracia como valor universal” que exporei adiante, não podem ser encaradas apenas do ponto de vista biográfico-individual. Elas guardam relações mais profundas, *que ainda carecem da devida explicitação*, com fenômenos sociais e políticos abrangentes com os quais Carlos Nelson se encontrava bastante envolvido no período em que se dá esta passagem à sua “fase madura”.

Dentre estes enumerarei sumariamente os mais importantes, aos quais se deve estar atento ao longo da exposição a seguir: a) as polêmicas no movimento comunista internacional, já prenunciando a grande crise seguida pelo colapso das experiências socialistas; b) a disputa de rumos no PCB, que se aprofundou e encarniçou cada vez mais após a derrota de 1964 e que atingiu seu ponto culminante na virada dos anos 1970 à década seguinte – cujos desdobramentos levaram, por um lado, à defecção do secretário-geral Luiz Carlos Prestes, e por outro lado à derrota, no início da década, do “grupo renovador” do qual Carlos Nelson fazia parte, seguida por sua saída do partido<sup>41</sup>; c) o processo de “redemocratização” da sociedade brasileira em curso a partir de fins dos anos 1970 e durante o qual entraram em cena os germes que levaram ao surgimento do PT, partido ao qual Carlos Nelson viria a aderir no fim dos anos 1980. Isto posto, retomemos o fio da exposição biobibliográfica, tal como no item anterior.

Aqui, é importante lembrar que é possível localizar o início do giro de que estou tratando alguns anos antes do exílio: data de 1972 o artigo, assinado sob o pseudônimo Guilherme Marques, intitulado *Cultura e política no Brasil contemporâneo*, “seguramente redigido com vistas a influir na reelaboração da política cultural que resultaria do planejado, mas não efetivado, VII Congresso” do PCB (Netto, 2012, p. 64); data de 1972<sup>42</sup>, também, a elaboração do “antológico” artigo sobre o significado de Lima Barreto na literatura brasileira, em que Carlos Nelson avança em seu tratamento da política no Brasil (ainda mais que isso: avança no que se constituirá futuramente em *sua interpretação*

*da peculiaridade histórico-estrutural brasileira*<sup>43</sup>) afirmando, pela primeira vez, “a tese segundo a qual a formação social brasileira se caracteriza pela sua constituição moderna enquanto resultante da ‘via prussiana’”<sup>44</sup> (*Idem*, p. 64).

A localização temporal destes dois textos pode indicar que Carlos Nelson, no início dos anos 1970, tem como uma de suas preocupações a superação daquela “tácita divisão do trabalho” entre os pensadores da cultura e os operadores da política no partido. Esta interpretação, que não pode ainda ser confirmada senão através do aprofundamento dos estudos, é coerente com o momento por que passava a esquerda brasileira em geral, e o PCB em particular, bem como com a “contaminação” da política pela cultura a partir dos eventos ocorridos em 1968/1969 ao redor do mundo.

No início de 1976 ficou claro para o comunista baiano que sua permanência no Brasil havia se tornado bastante perigosa. Como referido em nota na seção *b.2* da Introdução ao presente teto, aquela “distensão lenta, gradual e segura” iniciada no governo Geisel e arquitetada por Golbery do Couto e Silva para “redemocratizar” o ordenamento político brasileiro foi bastante seletiva, já que tinha como prerequisite a liquidação das principais organizações revolucionárias então atuantes no Brasil. Após a busca e aniquilação sistemáticas dos principais dirigentes dos movimentos sociais ligados aos comunistas e dos militantes das organizações que haviam optado pela luta armada com seu conseqüente desmantelamento, iniciou-se, já decorridos alguns anos da década de 1970, aquela que ficou conhecida como “Operação Radar”<sup>45</sup>. Neste contexto, Carlos Nelson foi procurado pelo Exército, sua esposa começou a ser assediada e ele tomou a decisão, após a prisão seguida do assassinato (“suicidamento”) de Vladimir Herzog, de sair do país.

O destino escolhido foi a Itália, e seu “período italiano” de cerca de dois anos pode ser considerado um divisor de águas em sua trajetória intelectual e política. A escolha pelo país peninsular se deveu, imediatamente, a razões

de três ordens, todas intimamente relacionadas (Coutinho, 2006, p. 173): em primeiro lugar, sua admiração pelo Partido Comunista Italiano; em segundo lugar, seu domínio do italiano, superior ao domínio de outros idiomas estrangeiros; em terceiro lugar, sua admiração pela obra de Antonio Gramsci. Quanto à primeira razão, que de certo modo foi a praticamente determinante, passemos a palavra a Carlos Nelson:

Em dado momento, ficou impossível minha situação no Brasil. (...) Escolhi ir para a Itália exatamente porque meu grande modelo era o Partido Comunista Italiano. Para muitos comunistas, o grande modelo era o PCUS (...). Para mim, era o Partido Comunista Italiano. Minha grande dor não foi a queda do muro de Berlim ou o fim da URSS, mas o fim do Partido Comunista Italiano. (...) Minha ida para a Itália foi certamente um dos momentos mais importantes na minha formação política e intelectual. (...) Terminei, (...), a partir de minha experiência com o PCI, tornando-me “eurocomunista”. Tinha ainda alguns preconceitos “marxistas-leninistas” quando fui para a Itália. (...) Nunca fui pró-União Soviética, sempre tive uma forte dúvida em relação ao socialismo que lá era construído, mas ainda tinha meus preconceitos. (...) aprendi muito nessa minha estada na Itália. Meu ensaio ‘A democracia como valor universal’ não teria sido escrito se não fosse esse meu período italiano. (...) Eu diria que o período que passei na Itália foi meu doutorado. Aprendi muito, foi muito importante para minha formação política e intelectual (Coutinho, p. 173-175).

O trecho citado não apenas fundamenta a primeira razão de sua escolha pela Itália, como também permite antecipar tema que será explorado mais adequadamente ao longo da pesquisa, qual seja: a ligação de mão dupla entre, de

uma parte, a admiração pelo PCI combinada à adesão ao “eurocomunismo” como portador da via revolucionária adequada às “sociedades ocidentais” – a via democrática para o socialismo – e, de outra parte, a apropriação cada vez mais profunda e segura do legado teórico gramsciano<sup>46</sup>. Ambas as dimensões tiveram óbvias – e nem tão óbvias – repercussões *no pensamento e na ação político-prática* de Carlos Nelson ao longo do restante de sua vida.

Durante o exílio, portanto, Carlos Nelson esteve na Itália durante 1976 e 1977, seguindo para estada de poucos meses em Lisboa e posteriormente para Paris – onde passou o ano de 1978<sup>47</sup> –, de onde rumou de volta para a Bahia, chegando no dia 23 de dezembro deste ano (Coutinho, 2006, p. 174): esteve, assim, entre um e dois anos na Itália, alguns meses em Portugal e cerca de um ano na França. Neste período, além de ter “feito seu doutorado” na Itália<sup>48</sup>, Carlos Nelson esteve bastante envolvido em atividades políticas a partir de sua chegada a Paris.

Em decorrência das insuficientes condições de segurança para os dirigentes do PCB no Brasil e do espocar de ditaduras pelo restante da América Latina, muitos deles se viram forçados ao exílio em diferentes países europeus. Em 1975, quinze já se encontravam aí, e, considerando o número de prisões e assassinatos que haviam vitimado os outros, o centro dirigente do partido se encontrava, na prática, espalhado pela Europa (tanto do Leste como do Oeste). Com a anuência dos (poucos) membros que haviam permanecido em liberdade no Brasil, o Comitê Central (CC) foi formalmente transferido para o exterior, e começou a funcionar efetivamente já em janeiro de 1976 a partir de sua primeira reunião em Moscou<sup>49</sup> – onde o secretário-geral do partido já se encontrava desde 1971 (Prestes, 2012, p. 197).

Segundo Anita Prestes (2012, p. 197-234 e 2012a, p. 42), desde a primeira reunião do CC se estabeleceu polarização entre, de um lado, o secretário-geral Prestes, e, de outro, Armênio Guedes, membro muito ativo da direção, então residente em Paris e que viria a ser designado

responsável pelo setor de agitação e propaganda, e, portanto, pela confecção e distribuição do jornal do partido, *Voz Operária* (concebido em Paris e rodado, ao que parece, na Itália em gráfica do PCI e enviado clandestinamente ao Brasil). Enquanto Prestes vinha se distanciando teoricamente da linha aprovada no VI Congresso do Partido a partir de avaliação da insuficiência da estratégia nacional-democrática para a construção do projeto socialista (cf. nota na seção b.2), Guedes havia aderido às chamadas “teses eurocomunistas” e apostava na centralidade da “questão democrática”. Não será possível desenvolver os detalhes teóricos da polêmica neste espaço, bastando aqui assinalar que ambos os lados não tinham consigo muitos partidários no CC. Prestes contava com o apoio decidido de Anita e Gregório (e Marly?), Guedes contava com o apoio de Zuleika, e o restante do CC conciliava as posições e buscava se pautar pela linha aprovada no VI Congresso, constituindo aquilo a que Anita Prestes se refere, resgatando Lenin, como o “pântano”<sup>50</sup> presente na direção de toda organização revolucionária.

Pois bem: com este cenário como pano de fundo, Guedes propôs e aprovou no CC (em 1977?) a criação de uma Assessoria do Comitê Central a ser organizada por ele e sediada em Paris. Esta Assessoria viria a ser composta por intelectuais militantes do PCB residentes em países europeus (parte dos quais também engajados na redação do jornal), com a tarefa de ajudar na discussão dos problemas brasileiros, de “assessorar o trabalho do CC, contribuindo para a formulação da política do PCB e, em particular, para a elaboração das resoluções a serem discutidas e aprovadas pela direção” (Prestes, 2012, p. 204).

A partir daí, se formou em torno de Armênio Guedes um núcleo de intelectuais com certa homogeneidade de posicionamento – constituída a partir da identidade de seus participantes com as teses “eurocomunistas” ou “renovadoras” –, que participou ativamente da polêmica que se travava na direção do partido no exílio e teve em Guedes uma espécie de porta-voz

no Comitê Central do Partido (Netto, 2012, p. 64-68; Prestes, 2012, p. 203-234 e 2012a, p. 43-49). Carlos Nelson Coutinho compôs a Assessoria e escreveu regularmente para o *Voz Operária*, tendo papel destacado neste grupo cujos integrantes ficaram conhecidos como os “renovadores”<sup>51</sup>.

Há aqui algo que interessa diretamente a uma pesquisa que tem por objeto a evolução intelectual de Carlos Nelson, presente na lembrança de Netto (2012, p. 67) de que seu amigo “desempenha um protagonismo expressivo na vertente que se reivindicava como ‘renovadora’ do PCB” e na afirmação de que, salvo engano seu, foi “neste processo de luta interna, em Paris, que Carlos Nelson – *em estreita relação com os estudos que desenvolve à época* – assume a dimensão específica da política e a situa no centro da sua reflexão”.

Este é o ponto de retomarmos a enumeração feita nos primeiros parágrafos deste item: foi em decorrência (e, pode-se dizer, como culminação) deste envolvimento com o *debate interno do PCB*, que refletia a tensão entre posições que estavam em rota de colisão não só em seu interior, como no plano do próprio *movimento comunista internacional* (pensemos aí, apenas a título de exemplo, na relação PCI-PCUS), e com os olhos voltados para o *Brasil em processo de “abertura” ou “redemocratização”* – preocupado, portanto, em se posicionar e contribuir para que os comunistas tivessem uma linha política correta para a intervenção naquele momento em que forças sociais até então amordaçadas começavam a se movimentar e sacudir a sociedade brasileira – que Carlos Nelson escreveu o ensaio que se tornou verdadeiro divisor de águas na esquerda brasileira: “A democracia como valor universal”, publicado em março de 1979 na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*.

Breve citação dá uma ideia do impacto que teve o artigo:

Ninguém, ao que eu saiba, contesta que foi Carlos Nelson aquele que colocou a discussão da relação democracia/

socialismo no coração da agenda da esquerda brasileira, com o ensaio ‘A democracia como valor universal’ (...). Publicado já na agonia do regime ditatorial (agonia que se prolongaria até 1985), quando as forças democráticas brasileiras experimentavam um movimento ascendente, e se estruturavam novos instrumentos de intervenção social e político-partidária, este ensaio tornou o nome de Carlos Nelson conhecido para muito além dos círculos do “mundo da cultura”. Imensa foi a sua repercussão política – e o autor ganhou a notoriedade que toda a sua intervenção cultural anterior não lhe havia granjeado. (...) na esquerda (...), desde então, a questão democrática ficou cravada de forma definitiva e não mais pôde ser eludida – e talvez resida aí o mérito substantivo que se deve atribuir ao texto tornado famoso (Netto, 2012, p. 71).

Outro aspecto que não pode ser subestimado é o da relação entre este ensaio e a *trajetória intelectual individual* de Carlos Nelson. Nesse sentido, comentador recente do assunto nos lembra que “o ensaio de 1979 exprime um ponto de chegada e de síntese de um autor que já era maduro teórica e politicamente, resultado do longo período basilar e estruturador de sua formação” (Braz, 2012, p. 239). Em outras palavras: se, por um lado, o momento histórico pelo qual passava a esquerda no Brasil demandava a explicitação deste debate, o apontando como necessidade histórica, por outro lado Carlos Nelson o pôde explicitar apenas porque era Carlos Nelson, um intelectual militante comunista munido dos recursos por ele reunidos ao longo de décadas de estudos e de seu envolvimento particular com a militância política – no qual não tem peso menor a experiência na Itália e o contato íntimo com o PCI e as teses “eurocomunistas”, a partir do qual retoma toda uma larga trajetória de debates sobre a importância (ou desimportância) da democracia

que já constituía parte do patrimônio histórico do PCB, repondo-os em outro patamar.

A seguinte avaliação geral do ensaio nos conduz ao ponto de apresentação das hipóteses que embasam a presente pesquisa:

Pretendendo superar, de uma só vez, o esgotamento da estratégia do PCB e os limites do ‘imediatismo voluntarista’ de uma ‘nova esquerda’ que surgia, [Carlos Nelson] indicava que a sociedade brasileira apresentava elementos de modernidade capitalista (monopolista) que exigiriam uma nova estratégia, a qual para além do momento imediato da transição democrática, deveria apontar para o socialismo. O caminho indicado por Carlos Nelson colocaria *o acento na democracia*, cujas mediações e elementos constituintes deveriam compor tanto o momento de construção do ‘bloco histórico’ hegemônico pelos trabalhadores, como forma de torná-los ‘classe dirigente’, quanto o próprio momento posterior de transição socialista, até constituir-se um dos fundamentos da futura sociedade comunista (Braz, 2012, p. 246).

“Neste ponto se interrompe o manuscrito”. É a partir daqui que aprofundarei os estudos sobre o pensamento de Carlos Nelson Coutinho, desenvolvendo os apontamentos esboçados anteriormente e fundamentando e testando as hipóteses a seguir<sup>52</sup>.

### Hipóteses para teste

Analisando detalhadamente a evolução intelectual de Carlos Nelson Coutinho, com ênfase especial em sua constituição enquanto intelectual revolucionário, que, enquanto tal, formulou interpretação própria e original do Brasil contemporâneo que *se consolida*<sup>53</sup> a partir da publicação do ensaio “A democracia como valor universal” em 1979 (ou seja, com ênfase especial em seu “segundo momento”, ou no “Carlos Nelson maduro” teórico da política),

a pesquisa busca fundamentar e testar certas hipóteses provenientes de primeiras aproximações ao objeto – o pensamento de Carlos Nelson Coutinho.

Estas hipóteses se organizam em torno de um *eixo central* (*hipótese geral* ou fundamental da pesquisa): sua obra no campo da teoria política representaria, dando sequência àquelas de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, o principal ponto de contato e articulação teórica entre o encerramento de um ciclo e a abertura de outro no debate estratégico da esquerda brasileira.

Articuladas a partir desta hipótese geral, enumerei e organizei as seguintes hipóteses auxiliares, a serem fundamentadas e testadas ao longo da pesquisa: a) é possível estabelecer, na obra do Carlos Nelson maduro, uma relação entre “conquista de hegemonia” e “construção de um novo contrato” *consensual* em direção à superação da ordem existente; b) a “plena realização” da democracia aparece como patamar necessário e incontornável no caminho para a construção do socialismo; c) no caso brasileiro, isto se relaciona à necessidade de resolução de “tarefas democráticas em atraso” ou não realizadas pela revolução burguesa devido a seu caráter “prussiano” ou “pelo alto”, ao “caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil”, que deve ser superado pela alternativa da “renovação democrática” e pela constituição de uma “democracia de massas” ou do “modelo europeu” (contraposto ao norte-americano “liberal-corporativo” – bem entendido, ele se refere à Europa do *Welfare State*); d) ou seja, Carlos Nelson, mesmo considerando o Brasil um país capitalista desenvolvido, uma “sociedade ocidental”, *permanece preso à ideia das tarefas em atraso* devido a sua interpretação da peculiaridade histórico-estrutural da formação econômico-social brasileira; e) há em Carlos Nelson uma tensão entre ruptura e progressividade, que ele não resolve adequadamente nos marcos de seu próprio pensamento – e que, de certo modo, se expressa na autodefinição do autor como um “reformista revolucionário”; f) esta tensão *reflete* a disjuntiva que atravessou o

campo da esquerda no mundo todo ao longo do século XX, mas se aprofundou na segunda metade deste século e, no Brasil, especialmente na virada dos anos 1970 para 1980, materializada em termos esquemáticos na alternativa “reforma social ou revolução”; g) a tensão anterior se relaciona a outra, não resolvida em seu tratamento da própria categoria de democracia, que aparece por um lado como um “valor universal” cujos patamares já conquistados não admitem recuo (visão linear progressiva do problema da transição baseada em “acumulação de forças”), e por outro lado como uma forma de governo necessariamente correspondente a determinadas relações sociais de produção; h) a tensão anterior desdobra-se naquela entre “socialização do poder político” e “socialização da participação política” – tensão que parece “desaparecer” do campo de visão, mas *continua latente*, com o uso recorrente por parte do autor da expressão “socialização da política”; i) as tensões apontadas até aqui não são exclusividade sua, mas aparecem na abordagem do tema (não necessariamente nos mesmos termos) por diversos autores e partidos socialistas e comunistas ao longo do século XX; j) ambos os pontos de estiramento anteriores compõem em uma antinomia entre, por um lado, a importância que Carlos Nelson atribuía ao recolhimento pelos comunistas das conquistas civilizatórias possibilitadas pela afirmação de certos pontos-chave do ideário liberal (o pluralismo, por exemplo), e, por outro lado, a fundamentação deste ideário como pertinente a relações sociais de produção burguesas; k) há no pensamento maduro de Carlos Nelson, a partir de sua interlocução com Gramsci, uma leitura peculiar do Estado nas sociedades “ocidentais”, que o leva a sustentar com ênfase as possibilidades de conquista de espaços para a classe trabalhadora em seu interior; l) a base para isso é a noção de “Estado ampliado” e a decorrente diferenciação sociedade política (coerção, governo) x sociedade civil (consenso, mediação base-superestrutura/“sociedade econômica/sociedade política”), com o reforço do conteúdo de classe (burguês) em relação à primeira combinado ao esvaziamento deste em



relação à última, entendida como “campo da disputa pela hegemonia”; m) há no pensamento do Carlos Nelson maduro uma tensão entre “socialismo” e “comunismo” como objetivo final da luta da classe trabalhadora, o que se relaciona diretamente com as outras hipóteses levantadas até aqui e com a sugestão do autor de que não seria possível suprimir o Estado (e nem a política como esfera relativamente autônoma) nas sociedades pós-capitalistas devido ao grande nível de complexidade atingido pela vida social no capitalismo – caso em que o “Estado comunista” deveria ser o mais democrático possível, uma “democracia plena” (e aqui fica uma questão em aberto: faz sentido pensar em *um Estado sem classes?*); n) espécie de conclusão lógica das anteriores, as tensões e problemas encontrados no pensamento de Carlos Nelson sobre a política *refletem* tensões e problemas com os quais a esquerda, em diversos países, se enfrentava no mesmo momento em que este pensador concretizou a virada de seu principal foco de interesse para o campo da teoria política; o) decorrente da anterior, ambas as dimensões da subjetividade (individual e coletiva) *refletem*, por um lado, problemas postos a partir de determinações relacionadas às configurações estruturais do capitalismo – em seu estágio “tardio” ou “maduro” –, e, por outro lado, à situação “periférica”, “dependente” ou “peculiar” do Brasil no cenário do capitalismo globalizado, assim como certas possibilidades abertas e certos limites colocados à intervenção transformadora sobre a realidade social nestas condições.

### Advertência à guisa de conclusão

A publicação do conteúdo ora exposto deriva de avaliação gentil dos organizadores desta edição da revista *Praia Vermelha*, de que sua apreciação seria do interesse dos leitores do número em que sai difundido, devido principalmente ao tema que aborda e à fecundidade de algumas das ideias nele contidas.

Tenha-se em conta, entretanto, que se trata da divulgação de pesquisa *em andamento*, e assim se o avalie – tanto no sentido de que todo

aquele que se sinta impelido a contribuir com a investigação se sinta à vontade para entrar em contato e trocar experiências, conhecimento e ideias, quanto naquele outro de que não se encarem os resultados aqui apresentados e as hipóteses aqui aduzidas como resultados definitivos da pesquisa, mas sim como *resultados parciais de um processo em andamento*.

Finalmente, faço minhas as palavras de um analista do texto sob a forma de projeto: a melhor forma de homenagear um intelectual do porte de Carlos Nelson é fazendo com ele o que ele fez com seus mestres – estudando seu pensamento *criticamente*. Espero que o resultado final destes estudos seja uma bela – e *crítica* – homenagem, à altura do mestre.

### Referências bibliográficas

ARIAS, S. *A revista Estudos Sociais e a experiência de um “marxismo criador”*. Dissertação de mestrado. Campinas: [s.e.], 2003.

BERLINGUER, E. *Democracia, valor universal*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BRAZ, M. “A democracia como valor universal”: um clássico da esquerda no Brasil”, in: Braz, Marcelo (org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, p. 237-285. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARRILLO, S. “Eurocomunismo” y Estado. Barcelona: Editorial Crítica, 1977.

CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. 2 vols. Barcelona: Ibérica, 1977.

CLAUSEWITZ, C. V. *Da Guerra*, in: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da Organização Política*. v. 3, p. 79-124. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COUTINHO, C. N. *Literatura e humanismo. Ensaaios de crítica marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

\_\_\_\_\_. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, [1972] 2010.

\_\_\_\_\_. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira, *in: Realismo e Anti-Realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. *A democracia como valor universal. Notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. *Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

\_\_\_\_\_. *A dualidade de poderes. Introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1989] 2007.

\_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, [1990] 2005.

\_\_\_\_\_. *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1992.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, [1994] 2008.

\_\_\_\_\_. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, [2000] 2008.

\_\_\_\_\_. *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. Entrevista à revista Caros Amigos, *in: Revista Caros Amigos*, n. 153. São Paulo: Casa Amarela, dezembro de 2009

\_\_\_\_\_. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ELIAS, N. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, [1991] 1995.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

\_\_\_\_\_. *Brasil: em compasso de espera*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, [1981] 2011.

\_\_\_\_\_. O que é revolução, *in: Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, [1981] 2003.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, [2007] 2009.

GOLDMANN, L. *Le dieu caché*. Paris: Gallimard, 1955.

\_\_\_\_\_. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [1978] 2010.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b.

\_\_\_\_\_. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [1936] 2007.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1968] 1971.

- \_\_\_\_\_. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, [1971] 2009.
- \_\_\_\_\_. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- \_\_\_\_\_. Democracia de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora, in: Salvador, Evi-lásio et al. (orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- KONDER, L. *O que é dialética*. Coleção Primeiros Passos, n. 23. São Paulo: Brasiliense, [1981] 2004.
- KOVAL, B. *História do proletariado brasileiro: 1857-1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1968] 1982.
- LENIN, V. I. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, [1915] 1979.
- \_\_\_\_\_. *Imperialismo: estágio supremo do capitalismo*. Coimbra: Centelha, [1917] 1974.
- LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, [1970] 2012.
- \_\_\_\_\_. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A evolução política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, [1923] 2003.
- \_\_\_\_\_. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1957] 1978.
- \_\_\_\_\_. *Estética*. v. 1. Barcelona – México, DF: Grijalbo, [1963] 1966.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MANDEL, E. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2012.
- MARX, K. *O dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, in: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, [1852] s.d.
- \_\_\_\_\_. *A guerra civil na França*, in: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*, v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, [1871] s.d.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, [1867-1894] 1988.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: EdUFRJ, [1857-58] 2011.
- MARX, K. e ENGELS, F.; prólogo de Netto, José Paulo. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MATTOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp-Marília Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.
- MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MORAES, D. de. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, [1989] 2011.
- NETTO, J. P. *Posfácio*, in: Coutinho, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Breve nota sobre um marxista convicto e confesso*, in: BRAZ, Marcelo (org.) *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, p. 51-83. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PEDROSA, M. *Sobre o PT*. São Paulo: Ched, 1980.
- PONT, R. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre: Seriem, 1985.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, [1942] 2007.
- \_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, [1966] 1987.
- PRESTES, A. L. *A que herança devem os comunistas renunciar?*, in: *Oitenta*, n. 4, p. 197-223. Porto Alegre: LP&M, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Entrevista com Anita Leocádia Prestes*, in: *Novos Temas: revista de debate e cultura marxista*, n. 7, p. 15-70. São Paulo: ICP, 2012a.
- RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. Editora Unesp, 2010.
- ROEDEL, H. *PCB: oitenta anos de luta*. Rio de Janeiro: Fundação Dinardo Reis, 2002.
- SALES, J. R. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SARTRE, J. *Questions de méthode*. Paris: Gallimard, [1957] 1986.
- SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB*. s.l.: Oficina de Livros, [1981] 1989.
- \_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*, in: CUNHA, Paulo Ribeiro da e CABRAL, Fátima. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*, p. 271-275. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1976] 1986.
- SINGER, A. “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, in: *Novos Estudos Cebrap*, n. 85. São Paulo: Cebrap, novembro de 2009.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Ciências Humanas, [1958] 1978.
- \_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1962] 1979.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, [1990] 1997.
- TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Muro, 1980.

#### Notas

- <sup>1</sup> O texto é derivado de projeto de pesquisa da tese de doutorado defendida na Escola de

Serviço Social da UFRJ em maio de 2013. Agradeço aos membros da banca, professores Elaine Behring, Marcelo Braz e Rodrigo Castelo, pelas fecundas observações, algumas das quais incorporadas aqui. Este é o local também para agradecer aos professores José Paulo Netto – que gentilmente se dispôs a comentar o projeto em conversa à parte, devido à impossibilidade de comparecimento na data da defesa – e Mauro Luís Iasi – que me vem orientando neste esforço investigativo com muita seriedade, argúcia e disponibilidade. Por último, mas sem dúvida alguma não menos importante, sou profundamente grato ao professor Luís Carlos Scapi, sem o qual este projeto e os estudos aqui expressos simplesmente não existiriam. Se as indagações e sugestões apresentadas apenas serviram para enriquecer o presente trabalho, é claro que as insuficiências na composição final são de minha inteira responsabilidade.

- <sup>2</sup> *Comunista* aqui não indica vinculação necessária aos Partidos Comunistas. Expressa, apenas, a posição que também foi a de Marx e Engels no *Manifesto Comunista* – e daí o nome que escolheram para o panfleto. Os autores reconheceram que no processo de constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si *a fração mais resoluta da própria classe se reivindicou comunista*, em contraposição aos socialistas que ou não pertenciam ao movimento dos trabalhadores, ou representavam “seitas agonizantes”, ou preferiam “apoiar-se nas classes ‘cultas’” e, em decorrência, acabavam por não se comprometer com uma transformação radical da sociedade que fosse obra dos trabalhadores eles mesmos. Quanto a isso, cf. o prefácio de Engels de 1890 ao *Manifesto*, bem como Löwy, [1970] 2012, cap. 2. É neste mesmo registro que muitos militantes se reivindicam comunistas ainda que não militem nos PCs de seus países (alguns diriam: justamente por não estarem nos PCs, e sim à sua esquerda...), e que outros continuam se

reivindicando comunistas após sua ruptura com o PC – como foi o caso de Carlos Nelson a partir dos anos 1980.

- <sup>3</sup> Em relação aos temas *formação da consciência de classe e constituição da classe trabalhadora enquanto classe para si*, cf. Goldmann, 1955 e 1979; Gramsci, 2002, v. 1; Iasi, 2006 (especialmente cap. 1) e 2007; Lukács, [1923] 2003 (especialmente caps. 3 e 4); Luxemburgo, 1999. Quanto aos *marcos históricos* desta constituição, enumerados no parágrafo anterior, cf. Netto, *in*: Marx e Engels, 1998; Marx, [1871] s.d.; Hobsbawm, 2002a, caps. 6 (item II) e 16, 2002b, caps. 6 (item II) e 9 (p. 236-239) e 2003 (cap. 2).
- <sup>4</sup> Quanto à referida transição tenho recorrido mais diretamente a Gorender, [1978] 2010; Mello, 1982 – especialmente o capítulo 1; Prado Jr., [1942] 2007 e [1966] 1987; Silva, [1976] 1986. Quanto ao surgimento da classe trabalhadora brasileira neste contexto, as referências a partir das quais o texto foi elaborado são Giannotti, [2007] 2009; Koval, [1968] 1982; Mattos, 2009.
- <sup>5</sup> Alguns clássicos que se ocuparam do assunto são: Holanda, [1936] 2007; Prado Jr., [1966] 1987; Sodré, [1958] 1978, [1962] 1979, [1990] 1997; e, um pouco mais tardiamente, Marini [1969] 2012 e Fernandes [1975] 2006, [1981] 2011, entre outras obras suas posteriores a 1975. Segatto (2011) lembra ainda trabalhos de Guerreiro Ramos, Celso Furtado, Raymundo Faoro e Alberto Passos Guimarães, entre muitos outros que se dedicaram com maior ou menor intensidade ao problema entre os anos 1930 e 1960. Deve-se mencionar, também, a importância do Iseb na disseminação desta controvérsia.
- <sup>6</sup> A posição do autor quanto a este ponto é mais diretamente legatária do conceito weberiano de “consciência possível” assimilado em interlocução com o Lukács de

*História e consciência de classe*, posição que considero *superada* pela impositação ontológica que vai a pouco e pouco se afirmando na reflexão lukacsiana posterior aos anos 1930, até encontrar suas formulações definitivas na *Estética* (implicitamente) e na *Ontologia* (explicitamente), já nos anos 1960.

- <sup>7</sup> As outras classes não têm sua existência “fundada exclusivamente sobre sua situação no processo de produção capitalista”. Por isso, seu interesse de classe – e, consequentemente, sua visão de mundo – se orienta “somente em função de manifestações parciais da sociedade, e não da construção [e da disputa dos rumos] da sociedade como um todo” (Lukács, [1923] 2006, p. 157).
- <sup>8</sup> Cf. Löwy, 1987.
- <sup>9</sup> Cf. “Alguns pontos preliminares de referência” em *Apontamentos para uma introdução e um encaminhamento ao estudo da filosofia e da história da cultura*, in: Gramsci, [1931-32 (Caderno 11)] 2002, v. 1, p. 93-96.
- <sup>10</sup> Que fique claro: a categoria de recuperação nada tem a ver com um suposto “retorno” ao passado, que repetir-se-ia ciclicamente numa história reiterativa. Quanto a isso, um exemplo basta: não é pelo fato de as crises do capital serem *cíclicas* que elas se repetem umas iguais às outras.
- <sup>11</sup> Será necessário, para avançar nesta diferenciação, recorrer aos estudos de György Lukács sobre a categoria da *particularidade*, reunidos em Lukács, [1957] 1978, especialmente capítulos 1-3.
- <sup>12</sup> Estão obviamente excluídas formações partidárias alheias à classe, heterônomas, constituídas no sentido de a manipular, como é o caso do trabalhismo varguista materializado no PTB.
- <sup>13</sup> O termo “superação” encaminha à sua apropriação por certas vertentes da teoria social (legatária de Marx e Engels), tomado a partir da herança do pensamento hegeliano. Foge completamente aos propósitos desta exposição aprofundar o assunto, por isso remeto o leitor interessado a uma primeira aproximação sinótica e eficaz do problema em Konder, [1981] 2004, p. 26.
- <sup>14</sup> As referências ao PCB remetem a: Braz (org.), 2012; Ianni, [1968] 1971; Koval, [1968] 1982; Mazzeo, 1999; Roedel *et al.*, 2002; Segatto, [1981] 1989, salvo referências diretamente no texto.
- <sup>15</sup> A primeira lei trabalhista aprovada e implementada, que previa indenização por acidentes ocorridos no trabalho, data de 1919. A Lei Eloy Chaves, que inaugura um sistema de previdência social no Brasil, data de 1923.
- <sup>16</sup> A referência ao “movimento comunista internacional” restringe-se aqui ao conjunto de partidos mais diretamente ligados à III Internacional – excluídas, portanto, as correntes trotskistas e outras cisões que ocorrem desde a década de 1920 nas organizações comunistas.
- <sup>17</sup> Larga polêmica se estende quanto à força explicativa deste termo. Admito-o por ora para os propósitos expositivos, chamando à atenção do leitor o fato de que estas “etapas” são apenas a expressão formal de um fundamento que será discutido adiante – aliçerce este que pode perfeitamente subsistir independente deste seu desenvolvimento particular, como veremos.
- <sup>18</sup> Para a crítica demolidora (o que não é o mesmo que dizer “última” ou “inquestionável”) desta estratégia e de seus desdobramentos políticos, cf. Prado Jr., [1966] 1987. É evidente que uma configuração estratégica não surge acabada – ela só pode

ser apreendida em seu desenvolvimento, em seu movimento, como um *processo*. Não será possível rastrear aqui, em detalhes, a gênese e o evoluir da configuração estratégica democrático-nacional, mas cabe lembrar que em sua origem a estratégia do PCB implicava na aliança com setores burgueses brasileiros industrializantes associados ao imperialismo norte-americano contra as elites agrárias associadas ao imperialismo inglês, o que obviamente se foi modificando nos anos seguintes.

<sup>19</sup> Este item foi escrito a partir das seguintes referências: Ianni, 1981; Iasi, 2006 e 2012; Meneguello, 1989; Pedrosa, 1980; Pont, 1985.

<sup>20</sup> Cabe lembrar aqui que esta “contenção dos órgãos de repressão” foi bastante seletiva e não se deu senão após a prisão e o assassinato de militantes e dirigentes históricos do PCdoB (lembro apenas o monstruoso episódio do Massacre da Lapa, em 1976) e do PCB que ainda se encontravam a salvo do regime – como foi o caso, nos anos de 1974 e 1975, de 11 (onze!) integrantes do Comitê Central, bem como, nos anos de 1975 e 1976, dos assassinatos (“suicidamentos”) de Vladimir Herzog e de Manuel Fiel Filho, respectivamente (cf. Roedel *et al.*, 2002, p. 60-67).

<sup>21</sup> Todas as *seis características fundamentais* do capitalismo monopolista, tais como arroladas por Lenin ([1917] 1974), estão internalizadas na formação econômico-social brasileira a partir de então. Senão, vejamos: a) os fenômenos da concentração – acumulação de massas cada vez maiores de capital nas mãos dos grandes capitalistas – e da centralização – união de capitais já existentes – chegam a tal ponto que surgem os *monopólios*, e estes ganham importância decisiva na vida econômica, social, política e cultural dos países capitalistas, repondo a concorrência entre os capitalistas

em patamar superior; b) fusão – ou interpenetração, ou convalescência – do capital industrial ao capital bancário, gerando o *capital financeiro*; a partir daí, surgimento de uma *oligarquia financeira* estreitamente ligada ao Estado; c) a *exportação de capital*, para além da exportação de mercadorias, adquire enorme importância, constituindo traço típico do capitalismo monopolista; d) *partilha do mercado mundial* entre associações internacionais de capitalistas monopolistas; e) *divisão territorial do mundo inteiro* entre as potências (Estados) capitalistas é completada, o que constitui a dimensão política do fenômeno, cuja dimensão econômica foi apresentada no item anterior; f) *lucros de monopólio*, que por sua vez tendem a engendrar: f.1) combinados à separação entre propriedade e gestão do capital (cf. Marx, [1867-1894], 1988, Livro III, seções V a VII), a consolidação da burguesia como classe meramente parasitária (parasitismo), apagando de vez a ligação entre o burguês (“proprietário”) e o processo produtivo; f.2) combinados às necessidades de apaziguamento da classe trabalhadora, a formação de uma aristocracia operária, cujas condições superiores de vida a afastam objetivamente do restante da classe, resultando na cooptação de estratos dirigentes.

<sup>22</sup> Anita Prestes sustenta de modo bastante convincente e largamente amparada em material documental e sólida argumentação que o então secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, caminhou exatamente nesta direção. A partir de seu exílio em Moscou no início de 1971 e de estudos sistemáticos da obra de clássicos do marxismo, bem como de importantes estudiosos da realidade brasileira como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, Prestes teria chegado à conclusão de que o capitalismo brasileiro estava maduro e já atingira a fase monopolista, passando individualmente à crítica da estratégia da revolução nacional e democrática e a advogar a atualidade da

revolução socialista no Brasil e a necessidade de uma estratégia socialista para o PCB – posição que não teria tornado pública por ser o secretário-geral de um partido centralizado em cujo Comitê Central esta linha interpretativa da realidade brasileira (com suas consequências políticas) era amplamente minoritária. Esta sua posição teria sido o pivô de divergências crescentes entre ele e a maioria deste organismo. Cf. Prestes, 2012 e 2012a.

- <sup>23</sup> Esta ideia do “abandono” do programa socialista e democrático do PT como origem da derrocada deste partido como alternativa para a construção do socialismo é defendida hoje por muitos analistas – talvez a maioria dos que se ocupam do assunto – e foi defendida também por Carlos Nelson, estando presente em diversas passagens de sua obra. No livro citado neste parágrafo – o último em que falou sobre o assunto –, ela é enunciada cristalinamente em pelo menos mais duas passagens: nas p. 54 e 160.
- <sup>24</sup> Quanto a condições objetivas x subjetivas para o desencadeamento de processos revolucionários, cf. Lenin, [1915] 1979, cap. II, parágrafos 4-5 (p. 27-28).
- <sup>25</sup> Cf. a seção especificamente dedicada aos apontamentos biobibliográficos sobre Carlos Nelson, mais à frente.
- <sup>26</sup> Cabe mencionar a pertinência do autor a grupo de estudos composto por cerca de 30 jovens militantes e intelectuais que têm buscado avançar em direção à concretização deste “inventário” no Rio de Janeiro, sem o qual o alcance deste trabalho certamente seria bastante mais restrito. Fica aqui o agradecimento a todos os componentes deste grupo nas figuras dos colegas mais próximos: Caio Martins, Fernando Prado, Isabel Mansur, Maria Malta, Stefano Motta. Parece que iniciativas semelhantes têm aparecido em outros estados, o que aponta para a relevância do tema.
- <sup>27</sup> As informações pessoais acerca de Carlos Nelson e algumas inferências sobre sua trajetória intelectual foram, salvo referência em contrário, obtidas em entrevistas concedidas por ele a diferentes veículos de informação (Coutinho, 2006, p. 165-191, e 2009) e no capítulo escrito por José Paulo Netto para o livro sobre Carlos Nelson organizado por Marcelo Braz, *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil* (Netto, 2012).
- <sup>28</sup> Estes exemplares foram adquiridos na livraria Leonardo da Vinci, que importava livros num momento em que o mercado editorial brasileiro era imensamente menos desenvolvido do que hoje e deixava muito a desejar em relação aos de outros países latino-americanos como a Argentina e o México.
- <sup>29</sup> O jovem intelectual comunista participou deste importante esforço editorial como tradutor de três dos cinco volumes publicados: *Concepção dialética da história*, publicado em 1966 – para o qual também redigiu nota introdutória em parceria com Leandro Konder –; *Os intelectuais e a organização da cultura e Literatura e vida nacional*, ambos publicados em 1968 – para os quais também redigiu as “orelhas”. Cf. Coutinho, [1989] 2007, p. 279-305; 2011, p. 97-102, assim como a bibliografia de Gramsci disponível no site “Gramsci e o Brasil”, cujo endereço eletrônico é [www.acesa.com/gramsci](http://www.acesa.com/gramsci).
- <sup>30</sup> “(...) dos 450 alunos que a Faculdade tinha então, a base do PCB tinha cerca de 50 pessoas, ou seja, mais de 10%. Isso para não falar na JUC (Juventude Universitária Católica), que devia ter os seus outros cinquenta, e nos grupos de direita, que também estavam mais ou menos organizados” (Coutinho, 2006, p. 167).
- <sup>31</sup> “Problemática atual da dialética”, na revista *Ângulos*, n. 17. Salvador, 1961.



- <sup>32</sup> Mandel localiza a conclusão desta transição anteriormente, no pós II Grande Guerra. Me parece, entretanto, que este ponto está mais próximo do *início* que do *fim*, e que esta passagem só se conclui (quando a nova forma se consolida e “estabiliza”) com a crise estrutural de fins dos anos 1960/início dos anos 1970.
- <sup>33</sup> É importante notar que estas mudanças de fase do capitalismo enquanto modo de produção e reprodução global da vida não infirmam suas leis gerais – pelo contrário, as reafirmam (quanto a estas leis gerais, cf. *O capital*, livro I, cap. XXIII – Marx, [1867] 1988, v. 2, cap. XXIII). Elas continuam vigendo, repostas em patamar superior, e suas expressões podem ser aparentemente contrariadas por outras que são também manifestações suas. Quanto a esse fenômeno, tem validade geral o postulado lenineano formulado para uma situação particular: “O imperialismo surgiu como desenvolvimento e sequência direta das propriedades essenciais do capitalismo em geral. Simplesmente, o capitalismo só se transformou no imperialismo capitalista num dado momento, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando certas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se nos seus contrários, quando se formaram e se revelaram plenamente os traços de uma época de transição do capitalismo para um regime econômico e social superior” (Lenin, [1917] 1974, cap. VII, parágrafo 1, p. 117).
- <sup>34</sup> Esta “mistura” correspondia, no plano do *reflexo artístico*, ao que efetivamente ocorria no real, na base material da vida social brasileira. Entretanto, era processada artisticamente de modo fortemente acrítico e encerrava atitude marcadamente laudatória da “modernização”, ou seja, da generalização das relações sociais capitalistas no Brasil – ainda que seus expoentes não identificassem, como ademais não identificam até hoje, “modernização” e “generalização de relações sociais capitalistas”. Não será possível desenvolver este aspecto das transformações no plano da cultura no presente projeto, mas considero desejável que ele seja abordado mais detidamente durante a pesquisa, a partir de artigos de Carlos Nelson sobre temas correlatos.
- <sup>35</sup> Carlos Nelson contava uma anedota segundo a qual foi “acusado” de ser um “marxista convicto e confesso” pelo coronel que dirigia o IPM em Salvador. Acabou adotando o “título” com gosto, e o repetiu como boa definição de si mesmo em diversas ocasiões ao longo de toda a vida (Coutinho, 2006, p. 169).
- <sup>36</sup> Logo antes da vinda para o Rio, ainda na Bahia, Carlos Nelson havia traduzido um primeiro livro, de Antonio Gramsci, cujo título brasileiro foi *Concepção dialética da história*. O volume foi publicado em 1966.
- <sup>37</sup> Título no Brasil da brochura lukacsiana cuja tradução mais exata é *O significado presente do realismo crítico*.
- <sup>38</sup> Netto (2012) localiza os germes deste deslizamento do foco do interesse de Carlos Nelson para o campo da política ainda em 1969, como decorrência das implicações do AI-5. Cf. no referido texto as p. 63-64. Considero que isto não infirma a localização temporal que proponho aqui, e que esta vai no mesmo espírito – e é devedora – daquela proposta no texto citado.
- <sup>39</sup> No que também sigo indicação de José Paulo Netto no texto citado. Vale ressaltar que o adjetivo *maduro*, aqui, nada tem a ver com “idade madura”, e se relaciona apenas de maneira *mediada* com “maturidade intelectual”. Ele se refere, antes, ao Carlos Nelson que tem no âmago de sua atenção a reflexão sobre a política: aqui, “Carlos Nelson maduro” é permutável por “Carlos Nelson teórico da política”.

- <sup>40</sup> Quanto ao chamado “eurocomunismo”, cf.: Berlinguer, 2009, Carrillo, 1977, Mandel, 1978, Togliatti, 1980.
- <sup>41</sup> Talvez seja possível encontrar relações precisas entre os resultados desta disputa, que se encerra no início dos anos 1980, e a liquidação do partido pela maioria de sua direção cerca de 10 anos depois, dando ensejo à fundação do PPS. Obviamente, não será possível desenvolver o tema nos marcos desta pesquisa, cabendo apenas lembrar aqui que uma minoria de dirigentes aguerridos e com expressivo histórico de militância na organização vem trabalhando desde então para resgatar o PCB, engajados já há mais de 20 anos em sua “reconstrução revolucionária”.
- <sup>42</sup> Netto, 2012, p. 61, afirma que a elaboração deste artigo teria ocorrido em 1973. Entretanto, o *copyright* que consta no livro em que ele foi publicado em 1974 (e que tem como um de seus detentores o próprio Netto) traz a data de 1972.
- <sup>43</sup> Ou, conforme, Netto (2012, p. 76), sua “*interpretação do Brasil contemporâneo*” (italico no original).
- <sup>44</sup> Netto nos lembra, ainda, que foi Carlos Nelson o primeiro estudioso a recorrer, com o devido rigor, a esta chave heurística para interpretar a formação sócio-histórica do Brasil.
- <sup>45</sup> Infelizmente, no Brasil sob o democrático e participativo governo dos trabalhadores as informações sobre este tipo de operação continuam extremamente nebulosas, obscuras, truncadas, desconstruídas. O que se sabe com certeza é que foram desencadeadas operações repressivas dirigidas tanto contra as organizações da esquerda armada quanto contra os partidos comunistas de então – PCdoB, PCB e PCB (do qual se originaram os outros dois), sendo que este último havia optado pela resistência pacífica combinada à participação em movimentos que derrotassem a ditadura através da pressão organizada de massas –, que estas operações tinham por objetivo aniquilar a capacidade de organização e mobilização da classe trabalhadora da parte tanto dos primeiros quanto dos últimos, e que se utilizaram largamente de meios como a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos e a corrupção. Segundo Milton Pinheiro, foram 39 militantes do PCB, partido em que Carlos Nelson então militava, assassinados ao longo da ditadura, além de centenas de torturados – cf. *Que luta é essa, que partido é este, que desperta tanto ódio de classe da burguesia?*, disponível em: <<http://www.pcb.org.br>>.
- <sup>46</sup> Que viria a culminar na edição da quase totalidade da obra do revolucionário italiano no Brasil sob sua responsabilidade, bem como no unânime reconhecimento internacional de Carlos Nelson como um dos principais conhecedores/pesquisadores da obra gramsciana, materializado, por exemplo, na posição de membro do Comitê Coordenador da *International Gramsci Society* (do qual fizeram parte figuras como Eric Hobsbawm e Valentino Gerratana – o responsável pela importantíssima “edição crítica” dos *Cadernos do Cárcere*), bem como nos verbetes escritos para o *Dizionario Gramsciano* organizado por Guido Liguori e Pasquale Voza (oito no total, quatro dos quais estão publicados em português em Coutinho, 2011, p. 121-138).
- <sup>47</sup> Será necessário confirmar/precisar algumas informações sobre este período. O recurso às entrevistas parece particularmente importante para aclarar aspectos referentes ao exílio.
- <sup>48</sup> Carlos Nelson chegou a pensar em fazer um doutorado “de verdade” (academicamente reconhecido), mas descobriu que o título ainda não existia na Itália. Pensou, então, em fazer um doutorado em Paris sobre

Lukács, orientado pelo prof. Michael Löwy – projeto que não levou à frente devido aos rumores de que a Anistia poderia sair em janeiro de 1979, que o levou a retornar ao Brasil. A Anistia só viria meses depois, nos últimos dias de agosto.

<sup>49</sup> O CC foi composto no exterior pelos seguintes quadros: Luiz Carlos Prestes, Giocundo Dias (secretário-geral no Brasil na ausência de Prestes, “salvo do fogo” em condições extremamente difíceis pelo partido e levado para a Europa em maio de 1976, não tendo participado da primeira reunião), Armênio Guedes, Zuleika Alambert, José Salles, Severino Teodoro Mello, Dinarco Reis, Salomão Malina, Orestes Timbaúva, Luís Tenório de Lima, Agliberto Azevedo, Armando Ziller, Roberto Morena, Hércules Correa, Givaldo Siqueira, Almir Neves. Na primeira reunião do CC foram cooptados Anita Prestes, Gregório Bezerra e Marly Vianna. Posteriormente foram cooptados Lindolfo Silva e Regis Fratti (Prestes, 2012, p. 198).’

<sup>50</sup> “Praticamente não há partido político com luta interna que prescindia desse termo, que serve sempre para designar os elementos inconstantes que vacilam entre os que lutam”. Lenin, *apud* Prestes, 2012, p. 213.

<sup>51</sup> A Assessoria do Comitê Central foi composta por: Armênio Guedes (responsável), Zuleika Alambert, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Milton Temer, Aloísio Nunes Ferreira, Antônio Carlos Peixoto, Mauro Malin (então residentes em Paris) e Ivan Ribeiro Filho (residente na Itália). A redação de *Voz Operária* era constituída por Armênio Guedes (diretor), Milton Temer e Mauro Malin (redatores). Cf. Prestes, 2012a, p. 43-44.

<sup>52</sup> Para apresentá-las, será necessário recorrer a diversas das categorias de análise desenvolvidas ou apreendidas por Coutinho e por

ele utilizadas em seu pensamento maduro, o que decidi não fazer na seção que se encerra, pois sua sistematização e localização já são, elas próprias, um resultado a ser exposto posteriormente e transcenderia largamente os limites deste artigo. Estas categorias serão apresentadas, portanto, no decorrer da apresentação das hipóteses e imbricadas com elas.

<sup>53</sup> A referida *interpretação do Brasil* estava em construção desde pelo menos 1969-1972, como apontado no item anterior. Marco decisivo é, sem sombra de dúvida, o ensaio sobre Lima Barreto, escrito na abertura da década de 1970, em que a categoria lenineana de *via prussiana* é aduzida como chave para compreender “o caminho do povo brasileiro para o progresso social” logo no item 1 (cf. Coutinho, 1974, p. 3).

#### Victor Neves de Souza

\* Doutorando na Escola de Serviço Social da UFRJ e militante comunista. Correio eletrônico: victornsouza@gmail.com.